

DA GUERRA DE ÁFRICA AO 25 DE ABRIL

————— Carlos Maia de Loureiro

“A guerra é como uma queimadura que fica marcada e não desaparece”

Carlos Manuel Pereira, Angola, 1964-66

“Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo”

Sophia de Mello Breyner Andresen

O testemunho, que irei seguidamente partilhar, baseia-se na minha experiência no cumprimento da Comissão em Moçambique e a minha intervenção no 25 de Abril de 1974, pontuado aqui e ali por alguns esclarecimentos no sentido de tornar mais perceptível um ou outro episódio, não entrando em considerações sobre aspetos de estratégia ou táticas militares.

É portanto, uma partilha essencialmente memorialista, certamente com muitas omissões, algumas imprecisões, compreensíveis em quem lidou com os factos adiante referidos há mais de 50 anos

Efetuei o Curso de Oficial Miliciano de Cavalaria na Escola Prática de Cavalaria em Santarém e findo este fui colocado no Regimento de Cavalaria 7 (RC7) em Lisboa

Em Julho de 1971, jovem Alferes, fui mobilizado para uma comissão de serviço no Teatro de Operações (TO) de Moçambique.

Chegado a Moçambique apresentei-me no Comando Militar e fui colocado no Esquadrão de Cavalaria 3.

O Esquadrão de Cavalaria 3 (ECav3) era uma Unidade Independente da então Província Ultramarina de Moçambique, ou melhor, Estado de Moçambique, designação oficial a partir de 1970, estando sob o comando do COD-

CB - Comando Operacional de Cabora Bassa, que dependia diretamente do Comandante-Chefe.

As missões principais do ECav3 era uma “força de quadrícula”, ou seja, garantir o controlo geral de determinada zona, proteção na construção de “aldeamentos”, locais onde eram recolhidas as populações que estavam dispersas no mato, procurando a melhoria das suas condições de vida, respeitando as realidades sociocultural e religiosa e sua proteção, segurança do transporte de cargas críticas destinadas às obras de Cabora Bassa, integrando o Comando de Segurança de Transporte de Cargas Críticas e promoção social, essencialmente no âmbito da saúde, das populações não “aldeadas”.

Como unidade de quadrícula o ECav 3 necessitava de uma base, um aquartelamento, como apoio às suas ações de combate dispondo um conjunto de serviços que permitisse aos seus militares terem o mínimo indispensável para sobreviverem.

MARARA foi escolhida por se situar sensivelmente a meio do percurso Tete-Cabora Bassa, estar junto a uma povoação, onde, entre outras, se podia controlar a população para evitar que estas apoiassem os guerrilheiros e existir um Posto Administrativo, autoridade civil da zona que, dispondo de um gerador, fornecia a energia elétrica ao aquartelamento, necessária para posto rádio, arcas frigoríficas, etc., a existência de uma pequena construção de alvenaria, inicialmente destinada a uma escola, e que servia de gabinete e quarto do Comandante de Esquadrão, sala de operações com as cartas penduradas nas paredes e de messe dos três oficiais e seis sargentos que se encontravam no aquartelamento e três tendas 16P, em muito mau estado para alojamento dos militares. A parte administrativa estava em Tete. Foi este o meu primeiro “incómodo” na guerra...

Em 1972 decidiu-se construir instalações mais condignas e eficientes.

Foi-nos cedido uma estrutura metálica pré-fabricada com uma área significativa e com material fornecido pela Logística e cimento pela ZAMCO (empresa que dirigia as obras da barragem) e com mão-de-obra dos nossos militares foram-se construindo caserna, instalações sanitárias, depósitos de armamento e de géneros, etc., e utilizando outros materiais, (madeira, adobe, capim), cozinha, refeitório, bar, oficina, abrigos, espaldões, arame farpado, etc.

De toda a panóplia de armamento do adversário as mais temidas foram, sem dúvida, as minas, tanto as Anti Pessoal (A/P) como as Anti Carro (A/C).

Moçambique, e no caso que me toca, a área Tete-Cabora Bassa, reunia as condições ideais para este tipo de arma por parte da FRELIMO: vias de comunicações extensas e más, poucas vias alcatroadas, com raras exceções, como a partir de 1972 a estrada Tete-Cabora Bassa. Resumindo, se até determinada altura o TO do Niassa era conhecido pelo “estado de minas gerais”, creio que o TO de Tete também merecia essa designação.

Outra das armas temidas era o foguete 122, arma de origem soviética, transportada por três elementos, munições e rampa de lançamento para as granadas-foguete de grande alcance que ao explodirem produziam cerca de 15.000 fragmentos provocando uma zona de morte de cerca de 160 metros. O meu Esquadrão não tinha armamento que respondesse a esta ameaça...

A segurança de itinerários efetuava-se através de patrulhas, apeadas ou auto, e principalmente, pelas escoltas fornecidas às colunas, civis ou militares.

As ameaças eram as emboscadas e principalmente, as minas.

Assim, por exemplo, o percurso num trilho em que a principal ameaça seriam as minas A/C a coluna era precedida por um grupo de “picadores” apeados, com picas ou mais raramente com detetores eletrónicos.

Seguia-se a viatura “rebenta minas”, uma Berliet, com sacos de areia para absorver parte da energia das explosões. As viaturas seguintes procuravam não se afastar do rasto da que a precedia.

A construção da barragem de Cabora Bassa representou uma das maiores obras de engenharia do Continente Africano e que iria fornecer energia eléctrica principalmente à República da África do Sul e à então Rodésia além de integrar outros grandes planos de desenvolvimento económico, financeiro e social, que, como óbvio, não irei aqui desenvolver.

No que respeita ao Esquadrão a sua principal missão, neste particular, dizia respeito à segurança das chamadas cargas críticas.

Cargas críticas foi a designação dada aos equipamentos ou componentes destinados à construção da barragem e que se fossem objeto de qualquer dano poderia atrasar a obra com os consequentes prejuízos, implicando vultosas indemnizações.

O agrupamento das populações indígenas dispersas pelo mato consistia em reuni-las em áreas vedadas, controladas por milícias enquadradas por militares, impedindo assim o adversário de se infiltrar e de receber alimentação, cuidados médicos ou qualquer tipo de apoio logístico.

Mao-Tsé-Tung afirmou que “o guerrilheiro deve estar para a população como o peixe para a água”. Aldear as populações seria tirar a água ao peixe...

Disponham de algumas infraestruturas de apoio social: escola, posto sanitário, furo ou poço de água.

O ECav 3 formou e instruiu um Companhia de Milícias, armados com Espingarda Mauser, de quem eu era o Comandante, para defesa e, principalmente para controlo da população dos aldeamentos.

Cada aldeamento teria uma força sensivelmente com efetivo de Pelotão¹, comandada por um Cabo do Exército.

No entanto, as populações, de uma forma geral, não queriam abandonar as suas povoações tradicionais com os seus costumes e modo de vida ancestrais, o que apesar de intensa ação psicológica, por vezes era necessário forçar a população de determinada área a aldear-se. Foi este um assunto que me levou a refletir sobre se a nossa atividade neste conflito seria a mais correta...

De referir que em 1972 fui graduado em Capitão, tendo ficado a comandar o Esquadrão.

Dos muitos episódios que muito poderia narrar saliento aquele que mais me marcou.

Nos princípios de 1973 o ECav 3 foi reforçado com um Alferes Miliciano de Cavalaria, o Alferes Miliciano Monteiro, oficial que tinha sido Furriel Miliciano e cumprindo, com um desempenho extraordinário a sua missão de combate no norte de Moçambique, distrito de Niassa, tendo sido condecorado com uma Cruz de Guerra.

O seu sonho de vida era ser oficial da Guarda Nacional Republicana (GNR), mas para conseguir atingir esse objetivo teve que frequentar o Curso de Oficiais Milicianos, que concluiu com brilhantismo, tendo que cumprir uma nova comissão em África. E foi assim que integrou o corpo de oficiais do Esquadrão.

Estávamos há cerca de um mês na construção dum aldeamento, e o Alferes, em todas as missões que efetuou, comandando o seu Grupo de Combate, demonstrou coragem, sangue-frio e decisão, como já anteriormente tinha revelado.

(1) Cerca de 30 homens.

Era, também, um Comandante sempre preocupado com os seus homens e planeando com extremo cuidado todas as ações em que o seu Grupo iria ser empenhado.

Certo dia, dia que nunca mais se apagará da minha memória, ouvi um rebentamento, não muito longe do aldeamento, que suspeitei logo que seria resultado de uma mina.

A minha suspeita, infelizmente, confirmou-se e, a poucas centenas de metros do acampamento, deparei com um trágico quadro: uma viatura *Unimog* com a parte dianteira completamente desfeita, um horrível cheiro a carne queimada e o Alferes ainda com vida, mas com severas queimaduras e com as duas pernas completamente desfeitas.

Através do rádio pedi evacuação aérea imediata, enquanto o soldado maqueiro, com o pouco material sanitário que dispunha, tentava estancar as hemorragias, improvisando um garrote com ligaduras elásticas e, ao mesmo tempo, administrava morfina para diminuir as lancinantes dores do oficial. Como o helicóptero da Força Aérea tardava, resolvemos levar o ferido para uma tenda do aldeamento. O Alferes não pronunciava uma palavra, mas a determinada altura agarrou a minha mão! Senti uma enorme comoção e completamente impotente, as lágrimas chegaram, pois compreendi que esse homem, em plena juventude e lutando por atingir o que tanto ambicionava, estava, num horrível sofrimento, a chegar ao seu fim. Embora o nosso contacto tivesse sido muito breve, lamentei profundamente a sua má sorte.

Não posso deixar de referir que, dado que o heli não mais aparecia, ia constantemente insistindo pelo rádio a sua presença, pois o dia estava a terminar e durante a noite não se efetuavam evacuações. Mas para minha grande indignação (e estou a usar uma palavra muito branda...) do outro lado da "linha" estava um senhor Oficial Superior, muito apreensivo e querendo saber o estado da viatura.

Nesse momento quem estava ao rádio era um outro Alferes do Esquadrão que disse ao Senhor Oficial o que aqui não posso reproduzir... No dia seguinte esse senhor Oficial Superior caiu em si e pediu desculpa... Mais um aspeto, embora não possa generalizar, que considereei muito negativo sobre a nossa atuação no conflito e, principalmente para com os nossos militares.

O Alferes Monteiro acabou por ser evacuado, mas já sem vida...

Quando mobilizado para cumprir uma Comissão em Moçambique, sabendo que iria combater numa zona onde o esforço de luta da FRELIMO estava em constante intensificação, parti, em rendição individual, com a certeza de que iria defender uma parcela do território nacional e que executaria essa missão com toda a minha dedicação e espírito de bem servir, cumprindo o que jurei perante a Bandeira Nacional.

Servi a minha Pátria como Soldado que me orgulho de ser, nunca quis nada em troca, não renego nada do que fiz, e pensando, não só no episódio que acabei de relatar, mas muitos outros, fui compreendendo que tínhamos perdido a batalha no plano político, que fazíamos a guerra pela guerra e que as Forças Armadas estavam a cumprir a sua Missão, tendo a convicção (que mais tarde percebi que não era bem assim...) para que o poder político conseguisse uma solução honrosa e servindo o interesse nacional para as então “Províncias Ultramarinas”, tal como John P. Cann referiu na sua obra *“Contra-insurreição em África; 1961-1974; O Modo Português de Fazer a Guerra”*: “em 1971, o Exército dera credibilidade a Portugal em todos os teatros de guerra e encontrava-se preparado para aguentar um compasso de espera, a fim de negociar uma descolonização”.

Também não queria que Moçambique, tal como afirmou o saudoso Capitão Salgueiro Maia, se transformasse numa nova “Índia”, com o humilhante regresso dos militares que serviram naquele território e que o regime nos estava a levar para um novo Alcácer Quibir.

Além do testemunho da guerra atrás relatado e, fruto de muitas leituras, de conversas com camaradas e de reflexão do que era a realidade em Portugal, fui tomando consciência de que, além do problema da Guerra de África dever ter uma solução eminentemente política, o nosso País necessitava de profundas mudanças sociopolíticas no sentido de se caminhar para uma democracia que o levasse a uma modernização política, social, económica e cultural, sempre tendo em vista os bens supremos da Liberdade, Justiça e Igualdade, culminando, de certeza, na mudança radical do regime político e de um governo de carácter ditatorial, onde o povo vivia com as suas liberdades fundamentais extraordinariamente condicionadas, proibição de partidos políticos e, sobretudo, a guerra que marcou profundamente, de forma trágica, toda a nação portuguesa.

Embora já tivesse, além das minhas próprias convicções, das conversas com o Maia e pela guerra, a noção de que algo se passava, fui, no dia 11 de

Março de 1974, juntamente com o Alferes Miliciano Clímaco Pereira, contactado pelo então Capitão de Cavalaria Correia Bernardo, que nos pôs ao corrente do que se veio a chamar Movimento das Forças Armadas (MFA), disponibilizando-nos com todo o juvenil entusiasmo, a aderir.

Concordei e aceitei sem reservas o “Programa do MFA”, que era um rigoroso diagnóstico da situação do País e apresentava medidas concretas, os célebres “3D”: *Democratizar*, essencialmente promoção de eleições livres, restauração da democracia e do pluralismo político; *Descolonizar*, ou seja, uma solução política para a Guerra de África e conseqüentemente para a paz; *Desenvolver*, intervir nos sectores fundamentais da economia, conciliando a democracia política e a económica, dando prioridade à satisfação das necessidades básicas da população e a uma mudança da sociedade portuguesa no sentido de a tornar mais justa, livre e igualitária, garantindo os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, o seu bem-estar e qualidade de vida. No fundo, os “3D” eram a base dos chamados “Valores de Abril” que aqueles que contribuíram para uma profunda mudança política em 1974 e a esmagadora maioria do povo português queriam ver cada vez mais aperfeiçoados e consolidados, evidentemente sempre na perspectiva de um real progresso económico, financeiro, cultural e social.

E assim, nos dez dias anteriores ao 25Abr74, foi com grande determinação e em completo segredo, que, juntamente, com outros camaradas, começámos a preparar as velhas viaturas blindadas que iriam marchar sobre Lisboa.

E foi, com todo o entusiasmo que naquela madrugada de 25 de Abril de 1974 “marchei” de Santarém para Lisboa, na companhia de 240 jovens camaradas de armas, comandados pelo Capitão Salgueiro Maia, para ajudarmos a restituir a Liberdade ao Povo Português.

Esses jovens tinham saído da Escola Prática de Cavalaria poucas horas antes, acordados em sobressalto para, numa formatura apressada, escutarem o seu Capitão falar-lhes de Liberdade, de Democracia, da opressão de um governo moribundo e de costas voltadas para o povo, lembrando-lhes, com redobrada tristeza, “...do estado a que isto chegou...”.

Ao apelo do Capitão para com ele marcharem para Lisboa todos, sem exceção, se voluntariaram, havendo necessidade de ratear os lugares na coluna, limitados que estavam à capacidade das viaturas.

Presto uma singela homenagem a todos, repito, a todos, os que, a partir de Santarém, marcharam sobre Lisboa e os que ali ficaram protegendo a retaguarda e estando prontos para nos apoiar, se necessário, quer fossem os militares há muitos meses a aguardar o seu retorno à vida civil, emprestando a sua experiência e conhecimentos técnicos dos blindados, quer os jovens instruídos dos cursos de formação de Oficiais e de Sargentos Milicianos que traziam consigo a esperança do final de uma guerra para a qual pareciam destinados, assim como toda a juventude portuguesa.

Durante aquelas silenciosas duas horas entre a saída dos portões da Escola Prática e a chegada a Lisboa, numa noite escura e fria, na torre da EBR Panhard, a primeira viatura blindada da coluna, logo a seguir ao jeep de comando, múltiplas sensações passaram pela minha cabeça e certamente por todos os camaradas da coluna: receio de sermos detidos às portas de Lisboa, como aconteceu no 16 de Março à coluna das Caldas da Rainha, possibilidade de troca de tiros, com todas as consequências que isso significava, sermos presos à ordem da DGS, a polícia política do regime, e no meu caso pessoal, a apreensão de não conseguir cumprir a missão para que tinha sido escolhido.

Mas sem incidentes de maior alcançámos o Terreiro do Paço e ocupámos os objetivos que nos tinham sido determinados.

Como alguém afirmou, a História é feita de pequenas “estórias”. E, muito brevemente, irei partilhar algumas em que participei ou testemunhei e que indelevelmente me marcaram.

Cerca das 09H30 desse dia inesquecível, no Terreiro do Paço, surgiu uma força comandada pelo Brigadeiro Junqueira dos Reis, 2º Comandante da Região Militar de Lisboa, e constituída por 4 Carros de Combate (CC) M-47 “Patton”, 1 Companhia de Caçadores do Regimento de Infantaria 1 (RI1) e alguns Pelotões de Polícia Militar (PM).

O referido Brigadeiro dividiu as suas forças em 2 núcleos com 2 CC cada, que progrediram respetivamente pela Av. Ribeira das Naus, comandados pelo major Pato Anselmo e Rua do Arsenal, sob o comando do Coronel Romeiras Júnior.

Um dos CC eram comandados pelo Alferes Miliciano Fernando Sottomayor, figura que considero de importância decisiva no confronto entre as duas forças tanto nas ordens que anteriormente tinha dado ao seu pessoal para somente fazerem fogo à sua ordem, como quando o Capitão Salgueiro Maia,

seguido de perto por mim, avança de braços abertos para dialogar, momento em que o Brigadeiro dá ordem para disparar sobre nós, no que não é obedecido pelo Alferes Sottomayor, que recebe ordem imediata de prisão, sendo levado para outro local pela PM.

Então o Brigadeiro sobe para outro CC onde se encontrava o Cabo Apon-tador José Alves da Costa, a quem, apontando-lhe uma pistola à cabeça, ordena que faça fogo, ao que o Cabo responde que só obedece às ordens do seu Comandante, o Alferes Sottomayor.

Pela atitude destes dois verdadeiros heróis, Salgueiro Maia teve a certeza que o 25 de Abril estava ganho e era imparável.

O Brigadeiro vendo que não era obedecido, dispara com a sua pistola dois tiros para o ar e retira-se ficando o Major Pato Anselmo a comandar.

O Major, tendo continuado num dos CC, estava “fardado” no mínimo de uma maneira insólita: bota alta de cavalaria, calções de montar do Exército, camisola de gola alta azul e de “canadiana” civil!

É então que o Capitão Maia me diz para ir obter a rendição do Major Pato Anselmo e avançar até aos CC acenando com o meu lenço branco, não como sinal de capitulação da nossa parte, mas sim como quem quer entabular negociações.

Assim o fiz e quando cheguei à fala com o Major este, de um modo assaz brusco, diz-me que era incrível eu ir parlamentar armado.

Condescendendo com essa “oposição” voltei atrás e entreguei a minha pistola a um dos nossos militares e regresssei para junto do Sr. Major que, de uma forma muito exaltada, me disse, desta vez, que não podia negociar com um simples Alferes!

Após uma azeda troca de palavras e notando que o Major não cedia resolvi ir falar com o Capitão Maia que designou para me acompanhar o Capitão de Cavalaria Tavares de Almeida a que se juntou o Major de Infantaria Comando Jaime Neves e o ex-Alferes Miliciano Brito e Cunha.

A conversação foi muito “animada” e terminou, finalmente, com a rendição do Major Pato Anselmo e sua detenção, tendo os 2 CC passado para o nosso lado.

O Capitão Maia recebe ordens do Posto de Comando (PC) do MFA para avançar para o Quartel do Carmo, onde se encontrava o Professor Marcello

Caetano, Presidente do Conselho de Ministros, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Patrício e o Ministro do Interior, Dr. César Moreira Batista.

A marcha do Terreiro do Paço para o Largo do Carmo, ficou marcada pelo delírio da multidão, gente de todas as idades, todos a saltar para cima das viaturas e que na expressão de Salgueiro Maia “se já tinha cem por cento de certeza que tinham garantido a vitória, ali ficou convencido...a mil por cento!”.

Na minha modesta opinião, considero que esta adesão popular, e a que se seguiu no Largo do Carmo, transformou o golpe de Estado militar numa verdadeira Revolução.

E, é também de assinalar, no Rossio, forças do RI 1, e no Carmo, do Regimento de Cavalaria 3 (RC3), que tinham por missão deter as forças da EPC, se passaram para o nosso lado.

Tínhamos ocupado o Terreiro do Paço, símbolo do poder, demonstrando, inequivocamente, que o nosso objetivo era o derrube do regime, embora, como se verificou depois, a missão só se concretizou no Quartel do Carmo, com a capitulação e prisão do Presidente do Conselho de Ministros de então, Prof. Marcello Caetano.

O Prof. Marcello Caetano e Ministros foram transportados para o PC do MFA, na Pontinha, na Chaimite de nome “Bula”, escoltada, entre outras, pela minha viatura EBR Panhard.

A coluna da EPC atravessa Lisboa, no meio de enorme multidão, com contínuas manifestações de alegria.

Pelas 22H30 o Major Monge, o Capitão Maia, o Tenente Assunção e eu próprio, dirigimo-nos à Calçada da Ajuda onde obtivemos, sem qualquer resistência, a rendição do RC7 e do R Lanceiros 2.

Apenas referir que no dia 26 tivemos várias missões: escolta, sob prisão, a altas entidades da DGS (na Rua António Maria Cardoso), recolha de arquivos daquela Polícia Política, nesse local e na sua Escola, junto ao Zoo e patrulhamentos na cidade.

Alcançados os nossos objetivos regressámos a Santarém: o Cap Maia, comandando 3 EBR Panhard e 1 ETT Panhard.

Saúdo aqueles jovens de então, hoje muitos já são avós, outros que entretanto faleceram, que aparecem nas fotografias da época de cravo vermelho nas

mãos, montados nas viaturas blindadas frente ao rio Tejo, de espingarda G-3 nos cruzamentos da Baixa de Lisboa ou a fazer um cordão humano para conter a alegria e a curiosidade do povo, de olhos atentos ao evoluir da situação no Quartel do Carmo ou na Chaimite “Bula”, a levar Marcello Caetano, sob prisão, para o posto de comando do MFA.

São eles, os heróis desconhecidos do 25 de Abril.

Na senda de Salgueiro Maia, permito-me alertar para todos os que amam a Liberdade, supremo bem por quem muitos ofereceram a própria vida, não deixem de lutar pelos ideais daqueles que numa madrugada de Abril marcharam sobre Lisboa para restituírem esse inestimável valor ao Povo Português e o ser instituído um verdadeiro regime democrático, pois como disse esse insigne estadista, que muito admiro, Winston Churchill “a democracia é o pior dos regimes, excetuando todos os outros”.

Democracia que tem como grandes virtudes a liberdade de expressão, a igualdade de oportunidades e permitindo aos cidadãos terem um papel determinante na condução da política e da vida pública e como Karl Popper afirmou “o importante em democracia não é saber quem manda, mas como controlar o poder de quem manda”.